



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Gramática e Interpretação de Texto da Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 1 e 2.

*Só é meu
O país que trago dentro da alma.
Entro nele sem passaporte
Como em minha casa.
Ele vê a minha tristeza
E a minha solidão.
Me acalanta.
Me cobre com uma pedra perfumada.
Dentro de mim florescem jardins.
Minhas flores são inventadas.
As ruas me pertencem
Mas não há casas nas ruas.
As casas foram destruídas desde a minha infância.
Os seus habitantes vagueiam no espaço
À procura de um lar.
Instalam-se em minha alma.
Eis porque sorrio
Quando mal brilha meu sol.
Ou choro
Como uma chuva leve
Na noite.
(...)*

Só é meu

O mundo que trago dentro da alma.

(Trecho de Um poema de Marc Chagall. Trad. Manuel Bandeira. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008)

1. Infere-se corretamente do poema que
- (A) as consequências das guerras podem ser devastadoras para a imaginação poética.
 - (B) os imigrantes passam a vagar sem destino diante do exílio forçado.
 - (C) o poeta encontra amparo em um lugar que só existe na sua imaginação.
 - (D) o isolamento subjetivo é uma característica típica daqueles perseguidos por seus próprios países.
 - (E) os elementos da natureza podem trazer conforto para as desilusões ocasionadas pela vida urbana.

2. *Dentro de mim florescem jardins.*

O elemento grifado acima exerce a mesma função sintática do grifado em:

- (A) *Os seus habitantes vagueiam no espaço.*
- (B) *Ele vê a minha tristeza.*
- (C) *Mas não há casas nas ruas.*
- (D) *Me cobre com uma pedra perfumada.*
- (E) *As ruas me pertencem.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 3 a 6.

Pintor, gravador e vitralista, Marc Chagall estudou artes plásticas na Academia de Arte de São Petersburgo. Seguindo para Paris em 1910, ligou-se aos poetas Blaise Cendrars, Max Jacob e Apollinaire – e aos pintores Delaunay, Modigliani e La Fresnay.

A partir daí, trabalhou intensamente para integrar o seu mundo de reminiscências e fantasias na linguagem moderna derivada do fauvismo e do cubismo.

Na década de 30, o clima de perseguição e de guerra repercutiu em sua pintura, onde surgem elementos dramáticos, sociais e religiosos. Em 1941, parte para os EUA, onde sua esposa falece (1944). Chagall mergulha, então, em um período de evocações, quando conclui o quadro "Em torno dela", que se tornou uma síntese de todos os seus temas.

(Adaptado de: educação.uol.com.br/biografias/marc-chagall.html)

3. No texto, evita-se a repetição do termo *onde* (3º parágrafo), substituindo o segmento *onde surgem* por:
- (A) em que apresenta.
 - (B) cuja apresenta.
 - (C) que apresentam.
 - (D) que passa a apresentar.
 - (E) na qual apresenta-se.
4. Para manter as relações de sentido e a correção gramatical do texto, o termo *derivada* (2º parágrafo) NÃO pode ser substituído por:
- (A) provida.
 - (B) advinda.
 - (C) proveniente.
 - (D) originária.
 - (E) oriunda.

5. *... para integrar o seu mundo de **reminiscências** e fantasias...*

Traduz corretamente o sentido do termo destacado acima:

- (A) projeções.
- (B) lembranças.
- (C) ilusões.
- (D) pesares.
- (E) delírios.



6. ... quando conclui o quadro "Em torno dela"...

O verbo que, no contexto, exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está em:

- (A) ... *Marc Chagall estudou artes plásticas na Academia de Arte de São Petesburgo.*
- (B) *A partir daí, trabalhou intensamente para...*
- (C) *o clima de perseguição e de guerra repercute em sua pintura...*
- (D) ... *onde surgem elementos dramáticos, sociais e religiosos.*
- (E) *Em 1941, parte para os EUA...*

7. No âmbito da arte contemporânea, a pintura de Chagall pela importância que tem nela o elemento temático, de fundo onírico, que, por sua vez, as profundas raízes afetivas e culturais do artista. Sua obra, moderna, todas as conquistas formais da arte contemporânea.

(Adaptado de: educação.uol.com.br/biografias/marc-chagall.html)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) se destaca – refletem – assimila
- (B) destaca – refletem – assimilava
- (C) destaca-se – refletiam – assimilaram
- (D) destaca – refletia – assimilara
- (E) se destaca – reflete – assimilou

8. Leia a tirinha abaixo.



(<http://joaemarianopaisdalinguaportuguesa.blogspot.com.br/2010/01/historias-em-quadrinhos.html>)

A respeito da tirinha, considere:

- I. O efeito humorístico da tirinha se constrói a partir do empréstimo de atributos humanos a algo abstrato.
- II. No primeiro quadro, a redação também estaria correta do seguinte modo: **Espera-se que o ano que começa seja melhor do que o anterior.**
- III. Identifica-se, na tirinha, crítica às pessoas que se resignam diante dos acontecimentos.
- IV. Infere-se da tirinha que as pessoas costumam se sentir infelizes na virada do ano.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.

9. As pessoas ficam na expectativa de um futuro diferente;, suas atitudes é que deveriam ser diferentes.

Preenche corretamente a lacuna da frase acima o que se encontra em:

- (A) embora
- (B) conquanto
- (C) todavia
- (D) porquanto
- (E) desde que

**Noções de Informática**

Atenção: Considere as instruções abaixo para responder às questões de números 10 a 14.

Maria trabalha no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e foi solicitada a executar as seguintes tarefas:

- Fazer um orçamento dos pentes de memória abaixo usando uma planilha contendo o preço apresentado por 3 fornecedores e apontar o menor preço dentre eles:
 - Memória Kingston p/ Notebook 1GB DDR3 1333MHz.
 - Memória Kingston 2GB 1333 DDR3 DIMM KVR1333D3S8N9/2G.
 - Memória Kingston Value Notebook 8GB DDR3 1333MHz.
- Salvar a planilha com senha em um *pen drive*.
- Configurar uma rede sem fio para que os diversos computadores portáteis e *desktops* possam ter acesso à Internet por meio de um computador central e possam imprimir usando uma impressora ligada a esse computador. Ela deve considerar que os computadores portáteis e *desktops* que serão conectados não possuem dispositivos embutidos para conectá-los à rede sem fio. Além disso, o computador central tem uma placa de rede, mas não possui nenhum equipamento para ligá-lo à Internet. Deve considerar também que o dispositivo que faz a conversão de sinais binários para analógicos possibilitando a conexão com a Internet e o dispositivo que distribui o sinal da Internet via *wireless* estão próximos, mas em locais separados.

10. Para realizar a tarefa 1, Maria criou a planilha abaixo no LibreOffice Calc em português:

	A	B	C	D	E
1	Produto	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3	Menor Valor
2	Memória Kingston p/ Notebook 1GB DDR3 1333MHz	R\$ 89,00	R\$ 55,56	R\$ 56,40	R\$ 55,56
3	Memória Kingston 2GB 1333 DDR3 DIMM KVR1333 D3S8N9/2G	R\$ 117,53	R\$ 115,49	R\$ 99,75	R\$ 99,75
4	Memória Kingston Value Notebook 8GB DDR3 1333 MHz	R\$ 299,90	R\$ 288,00	R\$ 240,00	R\$ 240,00

Na célula E2, Maria digitou uma fórmula para retornar o menor valor contido na faixa de células de B2 a D2. A fórmula correta digitada na planilha do Calc foi

- =MÍN(B2:D2)
- =MÍN(B2;D2)
- =MÍNIMO(B2:D2)
- =MÍNIMO(B2;D2)
- =MÍNIMOVAL(B2:D2)

11. As memórias orçadas na tarefa 1 são do tipo I e o valor 1333 equivale II da memória.

As lacunas I e II são preenchidas correta e, respectivamente, com

- ROM – à velocidade.
- EEPROM – ao tamanho.
- SSD – à velocidade.
- CACHE – à frequência.
- RAM – à frequência.

12. Para executar a tarefa 2 na planilha criada no LibreOffice Calc, considerando que a planilha ainda não havia sido salva, Maria clicou no menu **Arquivo**, na opção **Salvar Como** e, na janela que se abriu, deu o nome ao arquivo, e clicou no botão **Salvar**. Apareceu uma janela na qual Maria digitou e confirmou a senha e clicou no botão OK.

A lacuna é corretamente preenchida com

- marcou a caixa **Salvar com senha**.
- clicou em **Ferramentas** e, em seguida, na opção **Opções Gerais**.
- clicou em **Configurações** e, em seguida, na opção **Salvar com senha**.
- marcou a caixa **Somente Salvar com Senha**.
- clicou em **Opções**, em seguida, na opção **Salvar com senha**.

13. Após instalar todos os dispositivos de rede necessários à realização da tarefa 3, para acessar as opções para configurar uma conexão de rede, conectar um computador portátil à rede, ver o *status* da rede ou diagnosticar e reparar problemas na rede, Maria deve entrar no **Painel de Controle** do Windows 7, clicar na opção **Rede e Internet** e, em seguida, clicar na opção

- Configurações de Rede e Internet**.
- Central de Rede e Compartilhamento**.
- Configurações de Rede sem Fio**.
- Opções de Configuração de Rede**.
- Gerenciador de Dispositivos de Rede**.

14. Considere os itens a seguir:

- Modem e conexão de banda larga com a Internet.
- Roteador sem fio.
- Adaptadores de rede sem fio.
- Placa SVGA *wireless*.

Para realizar a tarefa 3 são necessários alguns dispositivos de rede que incluem o que consta em

- II e IV, apenas.
- I, II e III, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- I, II, III e IV.

**Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**

15. Antônio, servidor público federal, cometeu falta sujeita à penalidade de advertência. A Administração pública, mesmo ciente da falta cometida, nada fez, já tendo ultrapassado o prazo de sete meses da data em que a Administração tomou conhecimento da infração disciplinar praticada por Antônio. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, eventual ação disciplinar
- (A) pode ser promovida, pois o prazo prescricional sequer começou a correr.
 - (B) ainda não prescreveu, pois, na hipótese, o prazo prescricional é de 2 anos.
 - (C) está prescrita.
 - (D) ainda não prescreveu, pois, na hipótese, o prazo prescricional é de 1 ano.
 - (E) ainda não prescreveu, pois, na hipótese, o prazo prescricional é de 5 anos.
-
16. Beatriz, servidora pública federal, constatou situação de impedimento em determinado processo administrativo. No entanto, deixou de comunicar o fato à autoridade competente. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a omissão do dever de comunicar o impedimento
- (A) constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
 - (B) não constitui falta para efeitos disciplinares, mas caracteriza conduta desonrosa para com a Administração pública.
 - (C) constitui falta branda, para efeitos disciplinares.
 - (D) constitui falta moderada, para efeitos disciplinares.
 - (E) não constitui falta para efeitos disciplinares, mas caracteriza conduta criminosa passível de punição.
-
17. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, uma das sanções previstas para o agente que comete ato de improbidade administrativa consiste no ressarcimento integral do dano, quando houver. A propósito da sanção em análise, é correto afirmar que
- (A) não pode ser aplicada isoladamente, devendo incidir de forma conjunta às demais sanções previstas na lei.
 - (B) sua aplicação depende da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
 - (C) somente pode ser executada após o trânsito em julgado da sentença condenatória por ato de improbidade administrativa.
 - (D) se aplica aos atos ímprobos causadores de prejuízo ao erário e aos que importam enriquecimento ilícito, não se aplicando aos atos ímprobos atentatórios aos princípios da Administração pública.
 - (E) pode ser aplicada para qualquer modalidade de ato ímprobo, desde que comprovado o efetivo dano causado ao erário.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

18. No tocante aos recursos, considere:
- I. Sempre que a lei não fixar outro prazo, o recurso será interposto no prazo de três dias, contados da publicação do ato ou da decisão.
 - II. Os recursos, em regra, não terão efeito suspensivo.
 - III. Distribuído o recurso e antes da manifestação do Ministério Público Eleitoral, o processo será concluso ao relator, em vinte e quatro horas, que o devolverá no prazo de oito dias.
 - IV. Em regra, nenhuma alegação escrita e nenhum documento poderão ser oferecidos pelas partes na fase recursal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, III e IV.
-
19. Compete ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, dentre outras atribuições,
- (A) fiscalizar se os juízes, escrivães e chefes de cartórios eleitorais cumprem suas atribuições.
 - (B) presidir sindicâncias contra juízes eleitorais.
 - (C) encaminhar a prestação de contas do Tribunal para o Tribunal de Contas da União.
 - (D) convocar juiz da zona eleitoral que deva, pessoalmente, prestar informações de interesse da justiça eleitoral.
 - (E) relatar os processos de criação de zonas eleitorais, bem como os de revisões de eleitorado.
-
20. Considere os processos de:
- I. requisição de servidor.
 - II. designação de juízes para as zonas eleitorais.
 - III. crimes eleitorais instaurados contra juízes eleitorais.
 - IV. ação de investigação judicial eleitoral.
- Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia serão distribuídos os processos indicados APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considere a seguinte situação hipotética: Kátia é Ministra do Supremo Tribunal Federal; Valdir é Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Soraya é brilhante advogada militante na área de Direito Público com notável conhecimento jurídico e reputação ilibada. Katia e Valdir foram escolhidos para compor o Tribunal Superior Eleitoral e Soraya foi nomeada pelo Presidente da República também para compor o Tribunal Superior Eleitoral. Neste caso, dentre as pessoas indicadas, de acordo com a Constituição Federal, o cargo de Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral poderá ser ocupado APENAS por

- (A) Valdir.
- (B) Soraya.
- (C) Kátia.
- (D) Katia ou Valdir.
- (E) Valdir ou Soraya.

22. Considere a seguinte situação hipotética: O Presidente da República praticou ato que atentou contra o livre exercício do Poder Legislativo. Neste caso, segundo a Constituição Federal, o Presidente da República

- (A) praticou crime de responsabilidade, sendo que admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- (B) praticou crime comum, sendo que admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) praticou crime de responsabilidade, sendo que admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) praticou crime comum, sendo que admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- (E) não praticou conduta que tipifique crime, devendo sofrer sanções administrativas, dependendo de deliberação de, no mínimo, dois terços do Congresso Nacional.

23. Sobre mandado de injunção, considere as seguintes assertivas:

- I Mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República.
- II. Mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Congresso Nacional.
- III. Mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição da Câmara dos Deputados.
- IV. Mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da Justiça Eleitoral de primeiro grau.

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os mandados indicados APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

24. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Hortência é desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
- II. Marcos é juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
- III. Luiza é juíza federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- IV. Joana é advogada especialista em Direito Público, com cinco obras publicadas e dezenas de artigos publicados.

De acordo com a Constituição Federal, poderão compor o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, mediante eleição e pelo voto secreto

- (A) Hortência e Marcos, apenas.
- (B) Hortência, Marcos, Luiza e Joana.
- (C) Hortência e Luiza, apenas.
- (D) Luiza e Joana, apenas.
- (E) Hortência, Marcos e Luiza, apenas.

25. Considere a seguinte situação hipotética: Brena é Procuradora-Geral da República. Tendo em vista graves acusações de atos de improbidade administrativa, o Presidente da República, por sua iniciativa, pretende destituí-la. Neste caso, a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República,

- (A) deverá ser precedida de autorização da maioria relativa do Congresso Nacional.
- (B) independe de autorização.
- (C) deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (D) deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) deverá ser precedida de autorização do Supremo Tribunal Federal.

26. Considere a seguinte situação hipotética: Simone é Deputada Estadual. Durante seu mandato, seu irmão, Gabriel, foi eleito Presidente da República. Simone pretende se candidatar à reeleição. Neste caso, no tocante ao parentesco de segundo grau apresentado, a candidatura de Simone é

- (A) válida apenas se tiver ocorrido o registro de sua candidatura antes da posse de Gabriel.
- (B) inválida em razão da sua inelegibilidade.
- (C) válida segundo as normas previstas na Constituição Federal.
- (D) válida apenas se tiver ocorrido o registro de sua candidatura antes da diplomação de Gabriel.
- (E) inválida sem a anuência expressa do Tribunal Superior Eleitoral.



27. Considere as seguintes situações hipotéticas: O Presidente da República se ausentará do País por vinte e dois dias no mês de Fevereiro. O Vice-Presidente da República se ausentará do País por trinta dias no mês de março. De acordo com a Constituição Federal, as referidas autorizações competem

- (A) privativamente ao Senado Federal e privativamente a Câmara dos Deputados, respectivamente.
- (B) privativamente ao Senado Federal.
- (C) exclusivamente ao Congresso Nacional e privativamente ao Senado Federal, respectivamente.
- (D) privativamente a Câmara dos Deputados.
- (E) exclusivamente ao Congresso Nacional.

28. Considere:

- I. A Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- II. Partido político com representação no Congresso Nacional.
- III. Entidade de classe de âmbito municipal ou estadual.
- IV. Procurador-Geral da República.
- V. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com a Constituição Federal, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada pelos indicados em

- (A) II, IV e V, apenas.
- (B) IV e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, II, IV e V, apenas.
- (E) II, III, IV e V, apenas.

Direito Eleitoral

29. A respeito da composição e competência dos órgãos da Justiça Eleitoral, considere:

- I. As Zonas Eleitorais são órgãos constituídos por ocasião de cada eleição, sendo seus integrantes indicados pelo Juiz Eleitoral e nomeados pelos Tribunais Regionais Eleitorais.
- II. É vedada a participação de parentes em qualquer grau na mesma Junta Eleitoral.
- III. Cabe à Junta Eleitoral a expedição de diploma aos eleitos para prefeito, vice-prefeito e vereador.
- IV. Cabe a cada Tribunal Regional Eleitoral a expedição de diplomas nas eleições para Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) III e IV.

30. A respeito do processo de impugnação de registro de candidatura, é correto afirmar que

- (A) as partes somente poderão apresentar e requerer a produção de prova documental, vedada a oitiva de testemunhas, em razão da celeridade da tramitação.
- (B) quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro e este, sem justa causa, não o exhibir nem comparecer a juízo para depositá-lo, poderá o juiz contra ele expedir mandado de prisão e instaurar processo por crime de desobediência.
- (C) as alegações finais serão apresentadas pelas partes e pelo Ministério Público, após o encerramento da instrução probatória, no prazo sucessivo de 3 dias para cada um.
- (D) o juiz formará a sua convicção pela apreciação da prova constante dos autos, mas, na formação e motivação do seu convencimento, deverá se ater ao que foi alegado pelas partes.
- (E) o juiz não poderá determinar diligências de ofício, pois, em razão do princípio do contraditório, somente poderá ordenar a produção de provas a requerimento das partes.

31. O partido político a que Paulino é filiado requereu o registro de sua candidatura para o cargo de Vereador. Houve impugnação e, afinal, o registro foi indeferido pelo Juiz Eleitoral, por falta do requisito referente à idade mínima constitucionalmente exigida. Paulino recorreu para o Tribunal Regional Eleitoral, que confirmou a decisão recorrida, divergindo da interpretação dada ao texto constitucional por outro Tribunal Regional Eleitoral. Nesse caso, caberá recurso

- (A) ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) especial para o Supremo Tribunal Federal.
- (C) especial para o Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- (E) extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

32. Os partidos Azul e Branco resolveram fundir-se num só, formando o partido Rosa. A existência legal do novo partido tem início

- (A) com o registro de estatuto e do programa do novo partido no Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) com a elaboração pelos órgãos de direção dos partidos Azul e Branco dos projetos comuns de estatuto e programa.
- (C) quando os órgãos nacionais de deliberação dos partidos Azul e Branco votarem, em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos e o programa do novo partido.
- (D) quando os órgãos nacionais de deliberação dos partidos Azul e Branco, em reunião conjunta, por maioria absoluta, elegerem o órgão de direção nacional do novo partido.
- (E) com o registro, no Ofício Civil competente da Capital Federal, do seu estatuto e do respectivo programa cujo requerimento deve ser acompanhado das atas e das decisões dos órgãos competentes.



33. A respeito da propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, é correto afirmar que o partido que, na última eleição para a Câmara dos Deputados, tiver obtido o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles, poderá
- (A) utilizar tempo total de vinte minutos, por semestre, para inserções de um minuto, nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais.
- (B) formar cadeia nacional para transmitir em bloco a propaganda partidária sem necessidade de prévia autorização da Justiça Eleitoral.
- (C) realizar, nas redes estaduais, até dez inserções de um minuto por dia na programação das emissoras de rádio e televisão.
- (D) realizar um programa, em cadeia nacional e um programa, em cadeia estadual em cada semestre, com duração de vinte minutos cada.
- (E) realizar, nas redes nacionais, até dez inserções de dois minutos por dia no intervalo da programação normal das emissoras de rádio e televisão.
34. Durante a propaganda partidária gratuita, antes do dia 5 de julho do ano da eleição e antes da realização das convenções partidárias, o partido A divulgou prévia partidária pelos instrumentos de comunicação interpartidária; o partido B divulgou debates legislativos, pedindo apoio eleitoral à posição defendida pelo deputado filiado a esse partido; o partido C divulgou ato de parlamentar filiado ao partido, formulando pedidos de votos. O partido D divulgou na televisão entrevista com pré-candidato, com exposição de projetos políticos, sem formular pedido de votos. E o partido E promoveu congresso, em ambiente fechado e às suas expensas, para tratar de alianças partidárias visando as eleições. Constitui propaganda eleitoral antecipada a conduta dos partidos
- (A) C e D.
- (B) B e C.
- (C) A, B e C.
- (D) A, D e E.
- (E) C e E.
35. João, regularmente registrado como candidato a Prefeito Municipal, resolveu, sob sua responsabilidade e às suas expensas, editar e distribuir impressos com a sua plataforma eleitoral e pedido de votos. É INCORRETO afirmar que nesse tipo de propaganda eleitoral
- (A) deve constar quem a contratou e a respectiva tiragem.
- (B) é desnecessária a obtenção de prévia licença municipal.
- (C) deve constar o número do CNPJ/MF do Partido Político ao qual João está filiado.
- (D) é desnecessária a prévia autorização da Justiça Eleitoral.
- (E) deve constar o número do CPF/MF do responsável pela confecção.
36. Os partidos Alpha e Beta pretendem formar uma coligação, tendo como candidato a Prefeito Municipal José João da Silva, candidato inscrito sob o nº 88. Dentre os nomes sugeridos pelos filiados, a coligação poderá denominar-se
- (A) José João é a solução.
- (B) É a vez de José João.
- (C) Vote em Alpha e Beta.
- (D) 88 vezes mais dedicação.
- (E) Economia e Trabalho.
37. O prazo de inelegibilidade de três anos, por abuso de poder econômico ou político, é contado a partir da data
- (A) do trânsito em julgado da decisão judicial que declarou a inelegibilidade.
- (B) da eleição em que se verificou.
- (C) da diplomação do candidato.
- (D) da abertura de investigação judicial por abuso de poder econômico ou político.
- (E) da data do requerimento de registro da candidatura.
38. O partido Gama requereu, na forma legal, o registro de seus candidatos a Deputado Estadual, dentre os quais Rita, Renoir e Ranulfo. Trinta dias antes do pleito, Rita veio a falecer, Renoir renunciou a sua candidatura e Ranulfo teve o registro de sua candidatura cancelado por decisão definitiva da Justiça Eleitoral em processo de impugnação de registro. Nesse caso, o partido Gama
- (A) não poderá substituir nenhum dos três candidatos, por faltar apenas trinta dias para o pleito eleitoral.
- (B) poderá substituir somente a candidata Rita.
- (C) poderá substituir os candidatos Rita e Renoir.
- (D) poderá substituir somente o candidato Ranulfo.
- (E) poderá substituir os três candidatos.
- Direito Administrativo**
39. Determinado Município de Rondônia, em sua Lei Orgânica, proibiu a contratação de parentes, afins ou consanguíneos, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como dos servidores e empregados públicos municipais, até seis meses após o fim do exercício das respectivas funções. Referida norma atende ao seguinte princípio da Administração pública:
- (A) Supremacia do Interesse Privado.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Motivação.
- (D) Autotutela.
- (E) Publicidade.



40. Sebastião, servidor público, pratica ato administrativo discricionário. No entanto, após a prática do ato, que, resalte-se, é válido e em total consonância com o ordenamento jurídico, decide revogá-lo por razões de conveniência e oportunidade. Está correto afirmar que
- (A) Sebastião deveria ter anulado o ato e não se utilizado do instituto da revogação.
- (B) a revogação não se dá por razões de conveniência e oportunidade, mas sim, por vício contido no ato.
- (C) inexistente ato administrativo discricionário, sob pena de uma atuação arbitrária da Administração pública.
- (D) o ato administrativo discricionário comporta tanto revogação quanto anulação, esta última desde que haja ilegalidade no mesmo.
- (E) o ato administrativo discricionário não admite ser retirado do mundo jurídico, isto é, não comporta revogação, nem anulação.

43. Considere as assertivas abaixo:
- I. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
- II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
- III. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.
- IV. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- De acordo com o Decreto nº 7.892/2013, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado em:
- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

41. Os Órgãos Públicos, quanto à esfera de ação, classificam-se em centrais e em locais. Constituem exemplos de órgãos públicos locais:
- (A) Secretarias de Estado.
- (B) Ministérios.
- (C) Delegacias de Polícia.
- (D) Secretarias de Município.
- (E) Casas Legislativas.

- Noções de Administração Pública**
44. Clécio, servidor público federal encarregado da concessão de licenças, passou a atrasar injustificadamente a conclusão de seus trabalhos, utilizando, como expediente procrastinatório, a solicitação de diligências desnecessárias. De acordo com as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado nos termos do Decreto nº 1.171/1994, a conduta do servidor
- (A) somente poderá ser considerada contrária à ética se configurado prejuízo à imagem da Administração ou dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- (B) é passível de punição com advertência, aplicada pela Comissão de Ética, podendo ser convertida em multa.
- (C) é passível de punição com suspensão, aplicada pela Comissão de Ética, assegurada a ampla defesa.
- (D) pode ensejar a aplicação de advertência ou desconto dos vencimentos, mediante representação dos usuários perante a Comissão de Ética.
- (E) é passível da aplicação da pena de censura, aplicada pela Comissão de Ética e fundamentada em parecer assinado por todos os seus integrantes.

42. O Estado de Rondônia realizará procedimento licitatório na modalidade concorrência para a construção de grandiosa obra pública. Cumpre salientar que o valor estimado para a licitação é de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). No caso narrado e de acordo com a Lei nº 8.666/1993, o processo licitatório em questão
- (A) prescinde de audiência pública, haja vista que apenas as licitações cujo valor supera quinhentos milhões de reais é que necessitam de tal formalidade.
- (B) prescinde de audiência pública, haja vista que apenas as licitações cujo valor supera duzentos milhões de reais é que necessitam de tal formalidade.
- (C) será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de trinta dias úteis da data prevista para a publicação do edital.
- (D) será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de quinze dias úteis da data prevista para a publicação do edital.
- (E) será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de quarenta e cinco dias úteis da data prevista para a publicação do edital.

45. Considere as seguintes afirmações a respeito do conceito, abrangência ou possíveis classificações da expressão Administração pública:
- I. Em sentido orgânico ou formal, designa os entes que exercem a atividade administrativa e compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.
- II. Em sentido funcional ou material, designa a natureza da atividade exercida e corresponde à própria função administrativa.
- III. Quando tomada em sentido estrito, no que diz respeito ao aspecto subjetivo, engloba os órgãos governamentais aos quais incumbe a função política.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) II e III.



46. O Estado pretende implementar um amplo programa de recuperação de suas rodovias, porém, ciente das dificuldades que irá enfrentar ao tentar fazê-lo por intermédio da atual estrutura de sua Administração direta, com defasagem técnica e de pessoal, busca soluções. É correto afirmar que é possível

- (A) criar novos órgãos ou entidades com personalidade jurídica própria, como medida de desconcentração administrativa.
- (B) conceder a execução do programa e a exploração das rodovias a entidade privada, como medida de descentralização por colaboração.
- (C) firmar convênios com os municípios beneficiados para que estes colaborem na execução do programa, como medida de descentralização territorial.
- (D) criar empresa pública ou sociedade de economia mista para a execução do programa e administração das rodovias, como medida de desconcentração funcional.
- (E) criar órgãos especializados no âmbito da Administração Direta, dotados de pessoal especializado, como medida de descentralização funcional.

47. Integram a Administração pública indireta, além de outras entidades,

- (A) as organizações sociais, a partir da celebração do contrato de gestão, para a execução de serviços públicos não exclusivos do Estado.
- (B) as agências executivas, consideradas autarquias de regime especial, criadas por lei para o exercício de atividades de controle e fiscalização.
- (C) as sociedades de economia mista, criadas por lei, para exercer atividades econômicas de interesse ou relevância social.
- (D) empresas públicas, com capital majoritário do poder público, cuja criação é autorizada por lei para exercer, exclusivamente, serviços públicos.
- (E) autarquias, criadas por lei, com personalidade jurídica de direito público e capacidade de autoadministração.

48. O planejamento estratégico dos tribunais indicados nos incisos II a VII do artigo 92 da Constituição Federal, deverá

- (A) estar alinhado ao Plano Estratégico Nacional, com abrangência máxima de 2 (dois) anos.
- (B) ter pelo menos, um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.
- (C) conter metas de longo prazo, independentes dos indicadores de resultado.
- (D) contar, necessariamente, com a aprovação do Núcleo de Gestão Estratégico.
- (E) definir a missão, visão e tributos de cada Tribunal.

Direito Civil

49. Sobre o adimplemento e extinção das obrigações, de acordo com o Código Civil, é INCORRETO afirmar:

- (A) A sub-rogação será convencional na hipótese do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel.
- (B) Ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato ou estipulado em lei se os bens hipotecados forem penhorados em execução por outro credor.
- (C) No pagamento em consignação julgado procedente o depósito, o devedor já não poderá levantá-lo, embora o credor consinta, senão de acordo com os outros devedores e fiadores.
- (D) A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.
- (E) No pagamento em consignação se a dívida se vencer, pendendo litígio entre credores que se pretendem mutuamente excluir, poderá qualquer deles requerer a consignação.

50. Sobre o contrato de empreitada analise as seguintes assertivas:

- I. A obrigação do empreiteiro de fornecer os materiais é presumida no contrato de empreitada.
- II. O contrato para elaboração de um projeto não implica a obrigação de executá-lo, ou de fiscalizar-lhe a execução.
- III. Nos contratos de empreitada de edifícios, o empreiteiro responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo e o dono do imóvel está sujeito ao prazo de decadência de 60 dias do aparecimento do vício ou defeito para propor a ação contra o empreiteiro.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.



51. Paulo celebrou contrato de seguro de dano com uma determinada seguradora que opera no mercado nacional, envolvendo um veículo de passeio. Alguns meses depois, a esposa de Paulo, Larissa, dirigindo outro veículo da família, segurado com outra seguradora, ao manobrá-lo na garagem da residência onde residem, colide violentamente e culposamente contra o veículo segurado de propriedade de Paulo. Paulo, então, aciona a seguradora de seu veículo após o acidente e recebe o valor da indenização, nos termos previstos em contrato. Neste caso, a seguradora do veículo de Paulo

- (A) não terá direito à sub-rogação, pois a causadora do sinistro é esposa do segurado.
- (B) terá direito à sub-rogação e poderá exercer direito regressivo contra Larissa, causadora do sinistro.
- (C) terá o direito à sub-rogação e poderá exercer direito regressivo contra Larissa, causadora do sinistro, mas poderá exigir apenas o pagamento de 50% do valor da indenização que pagou para o segurado.
- (D) terá o direito à sub-rogação e poderá exercer direito regressivo contra Larissa, causadora do sinistro, mas poderá exigir apenas o pagamento de 25% do valor da indenização que pagou para o segurado.
- (E) terá direito à sub-rogação e poderá exercer direito regressivo contra Larissa, causadora do sinistro, mas poderá exigir apenas o pagamento de 75% do valor da indenização que pagou para o segurado.

Direito Processual Civil

52. Paulo, representado por seu advogado Fúlvio, ajuizou ação e indenização contra Moisés em uma das Varas Cíveis do Foro Central da Capital de São Paulo. Apresentada contestação e réplica o Magistrado competente para processar e julgar o feito designa audiência de instrução e julgamento. Cada parte arrola duas testemunhas. No dia da audiência, após a inquirição da primeira testemunha arrolada por Paulo, o seu advogado Fúlvio tem um mal súbito e falece dentro da sala de audiências. Neste caso, o Magistrado deverá

- (A) extinguir imediatamente o processo sem resolução de mérito.
- (B) nomear um advogado *ad hoc* para Paulo, a fim de que a audiência seja finalizada normalmente e, após, prolatar imediatamente sentença.
- (C) suspender o processo e marcar o prazo de 30 dias, a fim de que Paulo constitua novo mandatário, findo o qual extinguirá o processo com resolução do mérito, se um novo mandatário não for nomeado.
- (D) suspender o processo e nomear um advogado dativo para Paulo, que o representará até o final do processo, designando-se imediatamente outra audiência de instrução.
- (E) suspender o processo e marcar o prazo de 20 dias, a fim de que Paulo constitua novo mandatário, findo o qual extinguirá o processo sem resolução do mérito, se um novo mandatário não for nomeado.

53. Plínio ajuizou ação de rescisão de contrato c.c. indenização por danos morais e materiais contra José. O feito tramitou regularmente e foi julgado procedente pelo Magistrado competente, que acolheu todos os pedidos veiculados na inicial. Interposto recurso de apelação por José a Câmara Julgadora, por maioria de votos, reforma parcialmente a sentença de primeiro grau, rejeitando o pedido de indenização por danos morais, mantendo, no mais, a sentença tal como prolatada. Plínio, inconformado, interpôs embargos infringentes, abrindo-se vista ao recorrido José para contrarrazões. Após, o relator do acórdão embargado, ao fazer o juízo de admissibilidade do recurso não admite o recurso interposto por Plínio. Contra esta decisão, Plínio, mais uma vez inconformado, poderá interpor

- (A) apelação para o órgão competente para julgamento do recurso.
- (B) agravo, no prazo de 05 dias, para o órgão competente para julgamento do recurso.
- (C) agravo, no prazo de 10 dias, para o órgão competente para julgamento do recurso.
- (D) correição parcial para o Presidente do Tribunal de Justiça.
- (E) agravo, no prazo de 15 dias, para o órgão competente para julgamento do recurso.

54. Larissa, eleitora da cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, não compareceu para votar no último pleito realizado no ano de 2012. Decorrido o prazo para justificativa a eleitora não se apresenta perante o Juiz de sua zona eleitoral, que aplica à eleitora faltosa, a multa prevista no Código Eleitoral. Estabelecida a multa pela Justiça Eleitoral, a eleitora é intimada pessoalmente e não faz o recolhimento no prazo previsto em lei. Neste caso, constatado o inadimplemento, a dívida será inscrita em livro próprio e extraída a respectiva certidão e a cobrança deverá ser promovida

- (A) pelo Ministério Público Eleitoral mediante execução fiscal, cujo rito é previsto na Lei nº 6.830/1980, cuja competência para processamento será da Justiça Eleitoral.
- (B) pelo Ministério Público Eleitoral mediante execução fiscal, cujo rito é previsto na Lei nº 6.830/1980, cuja competência para processamento será da Justiça Federal.
- (C) pela Procuradoria da Fazenda Nacional mediante execução fiscal, cujo rito é previsto na Lei nº 6.830/1980, cuja competência para processamento será da Justiça Federal.
- (D) pela Procuradoria da Fazenda Nacional mediante execução fiscal, cujo rito é previsto na Lei nº 6.830/1980, cuja competência para processamento será da Justiça Eleitoral.
- (E) pelo Ministério Público Eleitoral mediante execução de título judicial, com rito previsto no Código de Processo Civil, cuja competência para processamento será da Justiça Eleitoral.

**Direito Penal**

55. A respeito do concurso de pessoas, considere:

- I. Quem, agindo com negligência, facilita a prática de um delito por outrem, responde por esse crime a título de participação.
- II. Não há possibilidade de reconhecimento de participação em ilícito contravençional.
- III. Pode ocorrer concurso de agentes em crime culposo.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II.

56. O crime de falsa identidade

- (A) só é punido quando não for elemento de crime mais grave.
- (B) não se caracteriza quando o agente se faz passar por pessoa inexistente, fornecendo identidade imaginária.
- (C) só se configura se tiver o objetivo de obter vantagem patrimonial.
- (D) exige imprudência ou negligência por parte do agente, na forma culposa.
- (E) não se caracteriza quando tiver o objetivo de causar dano a outrem.

57. João e José invadiram um presídio e, mediante grave ameaça com armas de fogo, dominaram o carcereiro e os seguranças e possibilitaram a fuga de seu comparsa Jocival, que estava legalmente preso cumprindo pena privativa de liberdade, para que o mesmo voltasse a auxiliá-los na prática de novos delitos. João e José responderão por crime de

- (A) arrebatamento de preso.
- (B) evasão mediante violência contra pessoa.
- (C) fuga de pessoa presa.
- (D) motim de presos.
- (E) favorecimento real.

Direito Processual Penal

58. A função institucional de exercer o controle externo da atividade policial que lhe é atribuída pela Constituição Federal NÃO permite que o representante do Ministério Público, no inquérito policial,

- (A) requisite diligências.
- (B) assuma a presidência do inquérito no lugar da autoridade policial.
- (C) acompanhe pessoalmente as provas colhidas pela autoridade policial.
- (D) ingresse em delegacias de cadeias a qualquer momento.
- (E) investigue desvios de função cometidos por policiais ao longo das investigações.

59. No que concerne à prova, é correto afirmar que

- (A) o juiz não poderá, por força do princípio da preclusão, ouvir outras testemunhas além das arroladas pelas partes.
- (B) o interrogatório do réu será realizado, no procedimento comum, antes da apresentação da defesa preliminar.
- (C) o exame de corpo de delito não pode ser substituído pela prova testemunhal mesmo quando os vestígios tenham desaparecido.
- (D) havendo mais de um acusado, poderão ser todos interrogados em conjunto e ao mesmo tempo, para que sejam esclarecidas eventuais divergências.
- (E) nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia.

60. Nos processos da competência do Tribunal do Júri, caberá recurso em sentido estrito da decisão do

- (A) juiz singular que absolver sumariamente o réu.
- (B) Tribunal do Júri, quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- (C) juiz singular que indeferir o processamento da apelação.
- (D) Tribunal do Júri, quando ocorrer erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena.
- (E) juiz singular que impronunciar o réu.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.

A vontade de promover soluções para as desigualdades sociais não deve ser confundida com a simples exigência de que o Executivo atenda indiscriminadamente às demandas de cada grupo.

(Adaptado de: GOLDEMBERG, José. Acessado em 23 set. 2013. Disponível em: www.scielo.br)

Redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se a respeito do que se afirma acima.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	